

INGO WOLFGANG SARLET
LUIZ GUILHERME MARINONI
DANIEL MITIDIERO

CURSO DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL

8ª edição
Revista, atualizada
e ampliada

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53602-54-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Sariet, Ingo Wolfgang

Curso de direito constitucional / Ingo Wolfgang Sariet, Luiz
Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero. – 8. ed. – São Paulo :
Saraiva Educação, 2019.1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I.
Marinoni, Luiz Guilherme. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

18-1054

CDU 342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
 Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
 Carolina Mihoko Massanhi
 Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
 Claudirene de Moura Santos Silva
 Fernanda Matajs
 Guilherme H. M. Salvador
 Tiago Dela Rosa
 Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
 Juliana Bojczuk Fermino
 Kelli Priscila Pinto
 Marília Cordeiro
 Fernando Penteado
 Mônica Gonçalves Dias
 Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão Carmem Becker

Capa Casa de Ideias
Produção gráfica Marli Rampim
 Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda**Data de fechamento da edição: 30-11-2018**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605133 CAE 630541

11-11-2018

SUMÁRIO

<i>Sobre os autores</i>	5
<i>Nota à 8.ª Edição</i>	9
<i>Notas preliminares para a 7.ª Edição</i>	11
<i>Nota à 6.ª Edição</i>	13
<i>Nota à 5.ª Edição</i>	15
<i>Nota à 4.ª Edição</i>	17
<i>Nota à 3.ª Edição</i>	19
<i>Nota à 2.ª Edição</i>	21
<i>Apresentação</i>	43

PRIMEIRA PARTE

Teoria da Constituição e do Direito Constitucional	47
1. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva – Dos antecedentes à afirmação do constitucionalismo moderno e do assim chamado Estado Constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	47
1.1 Considerações introdutórias.....	47
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades.....	52
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.	55
1.4 O legado da experiência constitucional na França	59
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	61
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo	63
1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista	63
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	65
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha.....	70
2. Classificação das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	74

3. Estrutura, funções e conteúdo das constituições	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	83
3.1 As constituições e sua estrutura	83
3.1.1 Considerações de caráter geral	83
3.1.2 O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	83
3.1.3 Disposições constitucionais permanentes	88
3.1.4 Disposições constitucionais transitórias	90
3.2 As funções da constituição.....	92
3.3 O problema do conteúdo das constituições.....	96
4. Conceito e características do direito constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	100
5. Do poder constituinte e da mudança (reforma e mutação) constitucional	
<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	103
I – Do poder constituinte	103
5.1 Notas introdutórias.....	103
5.2 O que é o poder constituinte?	104
5.2.1 Generalidades	104
5.2.2 A natureza do poder constituinte	106
5.2.3 Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material	107
5.2.4 Características do poder constituinte	108
5.3 Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição	110
5.4 Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte.....	113
5.4.1 Aspectos introdutórios.....	113
5.4.2 As formas democráticas de exercício do poder constituinte.....	114
5.4.3 A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	117
5.5 Limites e condicionamentos do poder constituinte?	120
II – Teoria da mudança constitucional – A reforma e a mutação constitucional	123
5.6 Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mutação constitucional).....	123
5.7 O poder de reforma da constituição	125
5.7.1 Questões terminológicas	125
5.7.2 Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	126
5.7.3 O poder de reforma na Constituição Federal de 1988	128
5.7.3.1 A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição	128
5.7.4 Os limites da reforma constitucional	131
5.7.4.1 Considerações gerais	131
5.7.4.2 Limites formais	132
5.7.4.3 Limites circunstanciais	137

5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”)	139
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais	139
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma.....	142
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	166
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional.....	166
5.8.2	Mecanismos (modos) de mutação constitucional	169
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais ..	171
6.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	174
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	174
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil	179
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação.....	179
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições	188
6.4	Síntese conclusiva.....	194
7.	O problema da efetividade das normas constitucionais e da força normativa da Constituição	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	199
8.	A norma constitucional no “tempo” – Relações entre a Constituição e a ordem jurídica anterior	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	203
8.1	Considerações gerais	203
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	203
8.2.1	A Constituição originária e a Constituição anterior.....	203
8.2.2	As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	205
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior	205
9.	A Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional – O problema da aplicação das normas constitucionais no espaço	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	209
9.1	Considerações introdutórias.....	209
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	210
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988	214
10.	Linhas mestras da interpretação constitucional	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	218
10.1	Noções gerais	218
10.2	Princípios da interpretação constitucional	222
10.2.1	O princípio da unidade da Constituição	222
10.2.1.1	Princípio do efeito integrador	223
10.2.1.2	O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”	224
10.2.1.3	A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição	225

10.2.1.4	Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional	226
10.2.2	O princípio da supremacia da Constituição	229
10.2.2.1	O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição	230
10.2.2.2	O princípio da força normativa da Constituição	230
10.2.2.3	O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	230
10.2.3	O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestrição por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”	233
SEGUNDA PARTE		
	O Sistema Constitucional Brasileiro	237
1.	O constitucionalismo brasileiro em perspectiva histórico-evolutiva – Da Constituição Imperial de 1824 à assim chamada “Constituição-Cidadã” de 1988	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	239
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824.....	239
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	243
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	247
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	248
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.....	251
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	252
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	254
2.	Dos princípios fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	262
I –	Notas introdutórias: função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais .	262
II –	Princípios gerais estruturantes e constitucionalmente conformadores da ordem jurídico-constitucional.....	267
2.1	Princípio da dignidade da pessoa humana	267
2.1.1	Considerações gerais.....	267
2.1.2	Breves notas sobre a forma de positivação (reconhecimento) da dignidade da pessoa humana na Constituição Federal	268
2.1.3	Funções da dignidade da pessoa humana na arquitetura jurídico-constitucional...	271
2.2	Princípio do Estado Democrático e Socioambiental de Direito.....	275
2.2.1	Noções gerais	275
2.2.2	O princípio democrático e a soberania popular	276
2.2.3	O princípio do pluralismo político	282
2.2.4	O princípio do Estado de Direito	283
2.2.5	O princípio do Estado Socioambiental (a conjugação da justiça social, da realização dos direitos humanos e fundamentais sociais e da proteção do ambiente)...	293
2.2.6	Princípio republicano.....	297
2.2.7	O princípio federativo.....	299

2.2.8	O princípio da sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável).....	300
III	Os objetivos fundamentais do Estado Democrático (Socioambiental) de Direito	302
IV	Princípios que regem as relações internacionais	304
3.	Teoria geral dos direitos fundamentais	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	307
3.1	Considerações gerais	307
3.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	308
3.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais.....	311
3.2.1	Considerações preliminares	311
3.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	312
3.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo	314
3.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional).....	314
3.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	317
3.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”).....	319
3.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	320
3.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”.	321
3.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta, quinta e sexta dimensão?	322
3.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica	325
3.3	O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	326
3.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material.....	326
3.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF.....	329
3.3.2.1	Noções preliminares.....	329
3.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	332
3.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF.....	337
3.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	339
3.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos.....	343
3.3.2.5.1	Generalidades.....	343
3.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal.....	345
3.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	348
3.4	A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais.....	352

3.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	352
3.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	355
3.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional	358
3.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	362
3.5.1	Considerações gerais	362
3.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal.....	363
3.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	365
3.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	368
3.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais	371
3.5.6	Direitos fundamentais da natureza, em especial a titularidade de direitos por parte dos animais não humanos	373
3.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF.....	376
3.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	382
3.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	386
3.9	Limites e restrições de direitos fundamentais	390
3.9.1	Considerações introdutórias	390
3.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	390
3.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	393
3.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais	397
3.9.4.1	Noções preliminares.....	397
3.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites.....	398
3.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais	406
4.	Direitos fundamentais em espécie	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	410
4.1	O direito à vida.....	410
4.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental	410
4.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica	413
4.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais.....	414
4.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	417
4.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	420
4.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo	420
4.1.6.1	Considerações gerais	420
4.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida	421
4.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	423

4.1.7.1	Considerações gerais	423
4.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares.....	424
4.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	426
4.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia	429
4.2	O direito à integridade física e psíquica	432
4.2.1	Considerações gerais.....	432
4.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos	433
4.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal.....	434
4.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais	434
4.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica.....	435
4.2.3.3	Titulares e destinatários.....	437
4.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo	437
4.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante, incluindo a proibição das penas cruéis	441
4.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	444
4.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional.....	444
4.3.1.1	Considerações gerais	444
4.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras.	447
4.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade.....	448
4.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	451
4.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	455
4.6.1	Considerações gerais.....	455
4.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada	456
4.6.3	Limites e restrições.....	460
4.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	461
4.8	Inviolabilidade do domicílio	466
4.8.1	Notícia histórica e generalidades	466
4.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal	467
4.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal	468
4.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	476
4.10	Proteção dos dados pessoais.....	482
4.11	Os direitos à honra e à imagem	487
4.11.1	Considerações gerais.....	487
4.11.2	O direito à honra.....	488

4.11.3	O direito à (própria) imagem	491
4.12	Direitos de liberdade.....	495
4.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	495
4.12.2	Liberdade de expressão	501
4.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional	501
4.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal.....	504
4.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa)	525
4.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	525
4.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988.....	529
4.12.4	Liberdade de locomoção	538
4.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro	538
4.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	540
4.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal	541
4.12.5.1	Considerações gerais	541
4.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva.....	542
4.12.5.3	Titulares e destinatários.....	543
4.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção	544
4.12.6	O direito à informação e o direito de acesso à informação.....	546
4.12.6.1	Considerações iniciais.....	546
4.12.6.2	Conteúdo e alcance do direito à informação	548
4.12.6.2.1	Anotações gerais sobre o objeto do direito à informação.....	548
4.12.6.2.2	Titulares e destinatários.....	549
4.12.6.2.3	Dimensão objetiva e subjetiva (negativa e positiva).....	549
4.12.6.2.4	Limites e restrições do direito de acesso à informação.....	551
4.12.7	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil	554
4.12.7.1	Generalidades.....	554
4.12.7.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal.....	554
4.12.7.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita	554
4.12.7.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal	556
4.12.7.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar	557
4.12.7.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel .	560
4.12.7.2.5	Liberdade de profissão	562
4.12.7.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal	565

4.12.7.2.7	Liberdade de associação	576
4.12.7.2.8	Liberdade de reunião.....	587
4.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	598
4.13.1	Considerações introdutórias.....	598
4.13.2	Da igualdade formal à igualdade material.....	602
4.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	604
4.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988	605
4.13.4.1	Generalidades.....	605
4.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	606
4.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo	611
4.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas” como promotoras da igualdade material e de políticas de inclusão e reconhecimento.....	615
4.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	618
4.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais	618
4.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira	618
4.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	622
4.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	626
4.14.3.1	Aspectos gerais	626
4.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	631
4.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações.....	636
4.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”.....	644
4.14.3.5	Algumas notas acerca do problema do financiamento dos direitos sociais, das “cláusulas pétreas” e as EC 94 e 95, de 2016.....	648
4.15	Dos direitos sociais em espécie	651
4.15.1	Considerações preliminares	651
4.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal	651
4.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	656
4.15.4	O direito à alimentação	666
4.15.5	O direito à moradia	669
4.15.6	O direito à educação	675
4.15.7	O direito ao trabalho.....	686
4.15.8	O direito ao lazer.....	690

4.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados.....	691
4.15.10	O direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso.....	695
4.15.11	O direito ao transporte.....	700
4.15.12	O direito-dever fundamental de proteção e promoção de um meio ambiente saudável.....	703
4.16	Nacionalidade.....	713
4.16.1	Considerações introdutórias.....	713
4.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos.....	714
4.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro.....	715
4.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira.....	716
4.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988.....	718
4.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental.....	718
4.16.5.2	Espécies de nacionalidade.....	719
4.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	719
4.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade.....	723
4.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados.....	728
4.16.5.4	Perda e re aquisição da nacionalidade brasileira.....	729
4.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade.....	732
4.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase nacionalidade).....	733
4.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal.....	735
4.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	735
4.16.5.7.2	A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição.....	736
4.16.5.8	As hipóteses de asilo e refúgio.....	743
4.16.5.8.1	O asilo.....	743
4.16.5.8.2	O refúgio.....	745
4.17	Direitos políticos.....	747
4.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral.....	747
4.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais.....	749
4.17.2.1	Considerações gerais.....	749
4.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional).....	750
4.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro.....	751
4.17.3.1	Constituições anteriores.....	751
4.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988.....	752
4.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais.....	752
4.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto.....	757
4.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos.....	762

4.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	764
4.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	767
4.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e requalificação dos direitos políticos	778
4.17.3.2.6.1	Considerações gerais	778
4.17.3.2.6.2	Perda dos direitos políticos	779
4.17.3.2.6.3	As hipóteses de suspensão dos direitos políticos ..	781
4.17.3.2.7	A requalificação dos direitos políticos	787
4.17.3.2.8	A regra da anualidade em matéria eleitoral (art. 16 da CF) ..	787
4.18	Dos partidos políticos	790
4.18.1	Considerações gerais: posição e função dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito.....	790
4.18.2	As dimensões da liberdade partidária e seus elementos estruturantes e consequências.....	794
4.18.3	Os partidos políticos no direito constitucional brasileiro pretérito.....	796
4.18.4	Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	802
4.18.4.1	Anotações preliminares	802
4.18.4.2	Personalidade jurídica dos partidos políticos, sua autonomia e liberdade na CF	803
4.18.4.3	O problema da fidelidade partidária e da correlata perda do mandato .	806
4.18.5	A igualdade de oportunidades entre os partidos políticos.....	809
4.18.5.1	Aspectos gerais	809
4.18.5.2	Do financiamento dos partidos.....	810
4.18.5.3	Da propaganda eleitoral e do acesso aos meios de comunicação	812
5.	Direitos fundamentais processuais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	814
5.1	Direito fundamental ao processo justo	814
5.1.1	Introdução	814
5.1.2	Âmbito de proteção.....	816
5.1.3	Titularidade e destinatários	819
5.1.4	Eficácia.....	821
5.1.5	Conformação infraconstitucional	821
5.2	Direito fundamental à colaboração no processo	822
5.2.1	Introdução	822
5.2.2	Âmbito de proteção	825
5.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva.....	826
5.3.1	Introdução	826
5.3.2	Âmbito de proteção.....	827
5.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas	838
5.4.1	Introdução	838
5.4.2	Âmbito de proteção.....	838
5.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	842

5.5.1	Introdução	842
5.5.2	Âmbito de proteção.....	842
5.6	Direito fundamental ao contraditório	844
5.6.1	Introdução	844
5.6.2	Âmbito de proteção.....	845
5.7	Direito fundamental à ampla defesa	849
5.7.1	Introdução	849
5.7.2	Âmbito de proteção.....	849
5.8	Direito fundamental à prova.....	854
5.8.1	Introdução	854
5.8.2	Âmbito de proteção.....	854
5.9	Direito fundamental à publicidade.....	861
5.9.1	Introdução	861
5.9.2	Âmbito de proteção.....	861
5.10	Direito fundamental à motivação das decisões.....	863
5.10.1	Introdução	863
5.10.2	Âmbito de proteção	864
5.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo	869
5.11.1	Introdução	869
5.11.2	Âmbito de proteção.....	869
5.12	Direito à assistência jurídica integral.....	872
5.12.1	Introdução	872
5.12.2	Âmbito de proteção	874
5.13	Direito fundamental à duração razoável do processo.....	875
5.13.1	Introdução	875
5.13.2	Âmbito de proteção.....	875
5.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	878
5.14.1	Introdução	878
5.14.2	Âmbito de proteção.....	879
6.	Ações constitucionais	
	<i>Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero</i>	880
6.1	<i>Habeas corpus</i>	880
6.1.1	Introdução	880
6.1.2	Âmbito de proteção.....	880
6.1.3	Titularidade	882
6.1.4	Conformação infraconstitucional	883
6.2	Mandado de segurança	885
6.2.1	Introdução	885
6.2.2	Âmbito de proteção.....	886
6.2.3	Titularidade	889
6.2.4	Conformação infraconstitucional	890

6.3	Mandado de injunção.....	891
6.3.1	Introdução.....	891
6.4	<i>Habeas data</i>	892
6.4.1	Introdução.....	892
6.4.2	Âmbito de proteção.....	892
6.4.3	Titularidade.....	893
6.4.4	Conformação infraconstitucional.....	893
6.5	Ação popular.....	894
6.5.1	Introdução.....	894
6.5.2	Âmbito de proteção.....	894
6.5.3	Titularidade.....	895
6.5.4	Conformação infraconstitucional.....	896
6.6	Ação civil pública.....	897
6.6.1	Introdução.....	897
6.6.2	Âmbito de proteção.....	898
6.6.3	Titularidade.....	899
6.6.4	Conformação infraconstitucional.....	900
7.	Da organização do Estado e da repartição de competências	
	<i>Ingo Wolfgang Sarlet</i>	902
I –	Da organização do Estado.....	902
7.1	O Estado Federal no âmbito da teoria e prática das formas de Estado: noções gerais e introdutórias.....	902
7.2	Elementos nucleares qualificadores do Estado Federal.....	904
7.3	O Estado Federal na Constituição de 1988.....	911
7.3.1	Breve notícia histórica – formas de Estado e a trajetória do Federalismo no direito constitucional brasileiro.....	911
7.3.2	Principais novidades: a inclusão do Município como ente federativo e o aperfeiçoamento do assim chamado “federalismo cooperativo”.....	913
7.3.3	A Federação como “cláusula pétrea” (art. 60, § 4.º, I, da CF), os assim chamados “princípios sensíveis” (art. 34, VII, da CF) e o instituto das vedações constitucionais (art. 19 da CF).....	915
7.4	O instituto da Intervenção como garantia da integridade da Federação.....	918
7.4.1	Noções gerais.....	918
7.4.2	A Intervenção nos Estados e no Distrito Federal.....	920
7.4.2.1	Pressupostos materiais e hipóteses de cabimento.....	920
7.4.2.2	Aspectos de ordem formal e procedimental.....	925
7.4.2.2.1	Iniciativa do processo interventivo.....	925
7.4.2.2.2	Competência e forma do ato interventivo.....	927
7.4.2.2.3	Amplitude, prazo, condições e consequências da intervenção..	927
7.4.2.2.4	Do interventor e de sua responsabilidade.....	929
7.4.2.2.5	Controle político e jurisdicional da intervenção.....	930
7.4.3	A intervenção nos Municípios.....	931

II – Da repartição de competências.....	932
7.5 Noções gerais	932
7.6 Das competências administrativas (materiais) dos entes federativos	936
7.6.1 Aspectos gerais e competências exclusivas (indelegáveis)	936
7.6.2 Competências administrativas comuns (concorrentes).....	937
7.7 Das competências legislativas	940
7.7.1 Competências legislativas privativas da União e sua delegação	940
7.7.2 Competências legislativas dos Estados	941
7.7.3 Competências legislativas dos Municípios	942
7.7.4 Competências legislativas do Distrito Federal	944
7.8 As competências legislativas concorrentes	944
7.8.1 Considerações gerais	944
7.8.2 Algumas notas sobre o (problemático e controverso) conceito de normas gerais .	946
7.8.2.1 A competência suplementar dos Estados e do Distrito Federal.....	947
7.8.2.2 A competência suplementar dos Municípios.....	949
7.8.2.3 Considerações de natureza crítica à luz do exemplo da proteção ambiental.....	950
8. Controle de constitucionalidade	
<i>Luiz Guilherme Marinoni</i>	957
I – O surgimento do controle judicial de constitucionalidade no direito comparado e a sua evolução no direito brasileiro.....	957
8.1 O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos .	957
8.1.1 Primeiras considerações.....	957
8.1.2 A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	958
8.1.3 A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	960
8.1.4 Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?.....	962
8.1.5 Os significados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa ...	964
8.1.6 O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos poderes	967
8.1.7 A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes constituinte e constituído	973
8.1.8 O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina <i>Marshall</i>	974
8.1.9 Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do sistema americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	978
8.2 A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Europa	980
8.2.1 Primeiras considerações.....	980
8.2.2 O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	981
8.2.3 A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão	983
8.2.4 Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder decidir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	985
8.3 História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	988

8.3.1	A Constituição Imperial	988
8.3.2	A Constituição de 1891	988
8.3.3	A Constituição de 1934	991
8.3.4	A Constituição de 1937	995
8.3.5	A Constituição de 1946	996
8.3.6	A Constituição de 1967/1969	999
8.3.7	A Constituição de 1988	1003
II –	Formas de controle de constitucionalidade e tipos de inconstitucionalidade.....	1005
8.4	Das formas de controle de constitucionalidade	1005
8.4.1	Controle judicial e controle não judicial	1005
8.4.1.1	Objeto do controle judicial	1011
8.4.2	Controle preventivo e controle repressivo	1014
8.4.3	Controle concreto e controle abstrato.....	1016
8.4.4	Controle incidental e controle principal.....	1019
8.4.5	Controle difuso e controle concentrado	1020
8.5	As diversas faces da inconstitucionalidade	1022
8.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	1022
8.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	1031
8.5.2.1	Primeiras considerações	1031
8.5.2.2	Inconstitucionalidade por ação	1033
8.5.2.3	Inconstitucionalidade por omissão	1033
8.5.2.3.1	Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1033
8.5.2.3.2	Omissão total e omissão parcial	1037
8.5.2.3.3	Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	1041
8.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente	1046
8.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	1046
8.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	1049
8.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial.....	1051
8.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta	1053
III –	Controle difuso de constitucionalidade	1055
8.9	A questão constitucional no processo comum	1055
8.10	A decisão no controle incidental	1056
8.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	1056
8.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.....	1057
8.13	O controle de constitucionalidade de ofício	1060
8.14	Da inexistência de preclusão	1064
8.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	1064

8.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	1064
8.15.2	A Súmula Vinculante 10.....	1065
8.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	1066
8.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	1067
8.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	1068
8.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	1069
8.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	1070
8.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	1073
	8.15.8.1 Procedimento prévio perante o órgão fracionário	1073
	8.15.8.2 Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	1074
8.16	Recurso extraordinário	1076
8.16.1	Recurso extraordinário	1076
8.16.2	Repercussão geral.....	1078
8.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade	1084
8.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões ..	1089
8.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	1091
8.16.6	A individualização dos fundamentos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	1095
8.16.7	A eficácia vinculante dos fundamentos determinantes no STF.....	1096
8.16.8	Atributos da eficácia vinculante dos fundamentos determinantes	1101
8.16.9	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental.	1104
	8.16.9.1 A questão nos Estados Unidos.....	1104
	8.16.9.2 Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional.....	1109
	8.16.9.3 Efeitos “inter partes” e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional	1113
	8.16.9.4 Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	1115
	8.16.9.5 A função do Senado Federal.....	1119
8.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular	1123
8.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	1127
	8.18.1 Primeiras considerações	1127
	8.18.2 O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	1128
	8.18.3 Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense.....	1128
	8.18.4 A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional	1129
	8.18.5 Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela	1133

8.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual	1135
8.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual	1139
IV	Ação direta de inconstitucionalidade	1141
8.19	Primeiras considerações	1141
8.20	Legitimidade	1142
8.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	1142
8.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir	1146
8.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa	1147
8.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil	1148
8.20.5	Partido político	1149
8.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional	1151
8.21	Objeto	1156
8.22	Parâmetro de controle	1165
8.23	Procedimento	1168
8.24	Procedimento sumário em sentido formal	1175
8.25	Causa de pedir aberta	1178
8.26	Medida liminar	1181
8.27	<i>Amicus curiae</i>	1185
8.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada	1187
8.29	Da decisão	1188
8.30	Revogação da norma e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade	1189
V	Ação declaratória de constitucionalidade	1190
8.31	Primeiras considerações	1190
8.32	Legitimidade	1195
8.33	Objeto e parâmetro de controle	1196
8.34	Petição inicial	1197
8.35	Controvérsia judicial relevante	1198
8.36	Indeferimento da petição inicial	1200
8.37	Participação no processo	1201
8.38	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada	1201
8.39	Medida liminar e seus efeitos	1202
8.40	Decisão	1205
VI	Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade	1206
8.41	Eficácia <i>erga omnes</i>	1206
8.41.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material	1206
8.41.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1208
8.41.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso	1213

8.41.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1215
8.42	Eficácia vinculante	1216
8.42.1	Primeiras considerações	1218
8.42.2	Extensão objetiva	1220
8.42.3	Extensão subjetiva.....	1223
8.43	Reclamação	1226
8.44	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1232
8.45	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1244
8.45.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial	1244
8.45.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1251
8.45.3	Coisa julgada e segurança jurídica	1257
8.45.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada	1258
8.45.5	A impugnação fundada em decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015: da retroatividade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais	1259
8.45.6	Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015)	1261
8.45.7	A tese de que não há interpretação controvertida de norma constitucional.....	1264
8.45.8	Não há distinção entre decisão proferida em controle concentrado e controle difuso para efeito de rescindibilidade de coisa julgada.....	1274
8.45.9	A previsão de hipótese de rescisória baseada em ulterior decisão de inconstitucionalidade no CPC de 2015	1274
8.45.10	O caso <i>Metabel v. União Federal</i> : a não admissão de ação rescisória baseada em ulterior precedente do Supremo Tribunal Federal mediante a afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material	1276
8.45.11	Casos em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional.....	1278
8.45.12	Modulação de efeitos e coisa julgada.....	1280
VII	– Técnicas de decisão	1283
8.46	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1283
8.47	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial...	1287
8.48	Inconstitucionalidade por arrastamento	1287
8.49	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1289
8.50	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1290
8.51	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade	1291
8.52	Interpretação conforme à Constituição	1294
8.53	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1296
VIII	– Mandado de injunção	1297
8.54	Primeiras considerações	1297
8.55	História do mandado de injunção no STF.....	1299

8.56	Escopo do mandado de injunção	1307
8.57	Natureza mandamental?	1309
8.58	Legitimidade	1313
8.59	Medida liminar	1315
8.60	Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1317
8.60.1	Dever de legislar	1317
8.60.2	Mora do legislador	1319
8.60.3	Norma insuficiente e omissão parcial	1321
8.60.4	Norma não autoaplicável	1323
8.60.5	Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	1324
8.61	Coisa julgada nos mandados de injunção individual e coletivo	1325
8.62	Revisão da decisão? A questão dos efeitos temporais da coisa julgada	1326
8.63	Retroatividade apenas para beneficiar	1327
8.64	Eficácia “natural” da coisa julgada	1327
8.65	Eficácia dos precedentes	1327
8.66	O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto	1329
IX	– Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1332
8.67	Primeiras considerações	1332
8.68	Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão	1334
8.69	Objeto da omissão inconstitucional	1336
8.70	Legitimidade	1337
8.71	Procedimento	1340
8.72	Omissão parcial de inconstitucionalidade	1347
8.73	Medida liminar	1348
8.74	Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica	1351
8.75	Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional	1354
X	– Arguição de descumprimento de preceito fundamental	1361
8.76	Primeiras considerações	1361
8.77	Modalidades	1363
8.78	Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1364
8.78.1	Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz	1364
8.78.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1366
8.79	Legitimidade	1367
8.80	Parâmetro de controle	1369
8.81	Objeto	1371
8.81.1	Introdução	1371
8.81.2	Atos do Poder Público	1371
8.81.3	Direito pré-constitucional	1372

8.81.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal.....	1374
8.81.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1375
8.81.6	Controle de ato legislativo em fase de formação	1376
8.81.7	Norma de caráter secundário.....	1378
8.81.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1380
8.81.9	A questão da omissão parcial.....	1383
8.82	Procedimento.....	1385
8.83	Medida liminar	1388
8.84	Decisão e efeitos	1390
XI	– Representação interventiva	1391
8.85	Introdução	1391
8.86	Legitimidade.....	1394
8.87	Objeto	1396
8.88	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção .	1398
8.89	Procedimento	1399
8.90	Medida liminar	1400
8.91	Decisão e efeitos	1402
XII	– Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal.....	1403
8.92	Primeiras considerações.....	1403
8.93	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade.....	1404
8.94	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça.....	1409
8.95	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário	1410
8.96	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros	1411
8.97	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1411
8.98	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual	1412
XIII	– Controle de convencionalidade	1414
8.99	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos ...	1414
8.100	Significado de suprallegalidade dos tratados internacionais.....	1420
8.101	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro	1420
8.102	Controle de supraconstitucionalidade	1421
8.103	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1424
8.104	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana	1429
8.105	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos	1430
	<i>Referências</i>	1433
	<i>Outras obras dos autores</i>	1515
	Ingo Wolfgang Sarlet.....	1515
	Luiz Guilherme Marinoni.....	1516
	Daniel Mitidiero.....	1518